

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I: PRECONCEITO E VIOLÊNCIA COMO FILHOS DA DESIGUALDADE

Roberta Pacheco Caetano Borges

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
robertacaetanoborges@hotmail.com

Joanne Oliveira Dias

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil
Joanne.o.dias@gmail.com

Resumo: O artigo ressalta o preconceito e a violência como herdeiros da desigualdade sociocultural brasileira. Assim, é produto da experiência de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental como requisito para a Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- Campus Itapetinga-BA. Teve por objetivo abordar de forma reflexiva as ações desenvolvidas em sala de aula durante o período de regência em duas turmas do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública. Por intermédio de debates sobre a temática “violência na escola” num enfoque contextualizando a disparidade socioeconômica e cultural existente e polarizada dentro da própria sala de aula, observou-se que as turmas vivenciavam nesse ambiente escolar, tipos de violências particulares; em uma das turmas a discriminação racial, incorporada ao discurso agressivo; no segundo grupo os conflitos revolviam-se em torno da questão do gênero, ou seja, uma violência à representação feminina. Em ambos os aspectos, a discriminação racial e desigualdade de gênero, colidiram em um apontamento, o racismo sofrido pela menina negra na escola e como os estereótipos agem na construção da identidade. Os preconceitos incorporados aos discursos dos alunos faz parte de uma herança da desigualdade constituída, aceita e reproduzida. À educação cabe a função de problematizar esses questionamentos.

Palavras-chave: Desigualdade. Preconceito Racial. Violência De Gênero.

Introdução

O contexto histórico sobre a desigualdade brasileira é vasto. Há séculos que sua população vem colhendo os frutos de ações arbitrariamente coloniais. Em um país que cultua a diversidade, chega a ser contraditório encontrarmos tanto preconceito dentro e fora de lugares em que são responsáveis de se propagarem a igualdade.

O artigo tem por finalidade trazer reflexões a respeito dos pretextos geradores da “violência” escolar segundo observação do estágio supervisionado em duas turmas de 5º ano da rede pública de ensino do município de Itapetinga-BA.

O estágio supervisionado foi o momento de pôr em práticas às teorias metodológicas que foram adquiridas ao longo do curso em licenciatura, e ter a vivência do diálogo entre prática-teoria, num movimento dialético de ação-reflexão-ação.

Assim, entre observações, participação e regência, o profissional docente precisa direcionar e organizar suas aspirações de pesquisa, relacionando as verdades e os mitos construídos sobre sua formação. Segundo Piconez (1991), a prática de ensino sob a forma de estágio supervisionado possui uma dimensão ideal, teórica, subjetiva, articulada com diferentes posturas educacionais, é o tratamento de choque para que o estagiário articule o seu próprio estilo de ensino frente os desafios da realidade da escola no Brasil, desmistificando vários apontamentos à respeito do ato de educar e aprender.

O referido estudo surgiu das considerações sobre as relações que os discentes mantinham na sala de aula mediante a temática do Projeto de Estágio, intitulado: “*Dê falta na violência, ela não pode ir à escola!*” o qual, possibilitou nuances de como a violência transita na sala de aula, no olhar proeminente sobre o *bullying* envolvendo visões de conceitos preconcebidos e oriundos da desigualdade sociocultural, na observação de ações agressivas, voluntárias e inaceitáveis para o ambiente coletivo e propício à aprendizagem.

Dessa forma, optamos pela observação dos discentes no decorrer do desenvolvimento do plano de intervenção através das atividades propostas. A escolha da temática derivou-se do contato com a realidade existente em sala de aula contrapondo a existência do *bullying* como forma de violência respingando preconceitos existentes sobre a questão racial e de gênero.

Dentro desse contexto, é relevante a presença desses debates na sala de aula, sendo evidentes dois pontos que demonstram serem herdeiros de comportamentos constituídos pela desigualdade histórica social desse país, são estes: o preconceito racial e a questão do gênero. Dois aspectos discursivos e importantes para um projeto universal. O Brasil é composto de pluriculturalidade. A mestiçagem no país é o cerne da pesquisa científica de muitos estudiosos em Antropologia, Pedagogia, Sociologia entre outras áreas que visam nas lutas do

movimento negro emergidas a partir da década de 70, uma aquisição para uma justiça social. Não é diferente quanto à discriminação de gênero, a mulher é vítima em muitas instâncias, seja pela violência urbana, sexual, doméstica. A sociedade ainda conserva a cultura machista e isso tem refletido nas salas de aula. Desde 1960, o movimento feminista luta pela igualdade, mostrando a sua força, reafirmando que a desigualdade existente não corresponde a fatores biológicos, mas sim providos de uma construção social.

A proposta de estágio teve por objetivo refletir quanto a compreensão da violência e como os alunos lidam com seus diversos tipos encontrados no ambiente escolar. Com o debate reflexivo sobre a temática, teve por finalidades o diálogo comparativo a respeito de atitudes coletiva e individuais no cotidiano educacional, as contribuições para a superação da violência e a articulação de medidas de prevenção da violência escolar.

A pesquisa desenvolvida possui caráter qualitativo, numa perspectiva etnográfica, pois abrange os aspectos relacionados a vida do indivíduo. É um estudo exploratório em que houve o envolvimento com o problema em questão, primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a pesquisa, para uma abrangência maior sobre o tema. Assim, posteriormente existiu uma aproximação com pessoas que participam de forma ativa ou passiva com o problema exposto.

Como diria Freire (1992) o que nos despertou, nos iluminou como “pesquisador” foi assistir, de forma tão latente, as ações preconceituosas incorporadas a uma naturalidade assustadora dentro do ambiente escolar. Olhar os tipos de violência, como por exemplo, o *bullying* (do inglês *bully* = valentão, brigão; termo sem tradução adequada em português) deflagrado em chutes, empurrões, palavrões, xingamentos em geral, a *discriminação racial* e social estampada em uma das turmas que vamos chamá-la de **classe A**, com casos de distorção de idade/ano- alunos entre 10-15 anos.

A **classe B** demonstrou mais acessibilidade ao diálogo, porém, as agressões verbais em forma de *preconceito quanto ao gênero* são mais atenuadas; “as meninas” apontaram uma competitividade em relação aos colegas do sexo masculino, xingamentos com comparações à intelectualidade de ambos constituiu um distanciamento observado na organização das cadeiras na sala de aula, até no momento de participação na abordagem de conteúdos, os “garotos” tomam

muito mais iniciativas, em justificativa, as alunas alegam que os mesmos não dão abertura e se chateiam quando contrariados; a questão da diversidade sociocultural também foi tema discursivo nesse grupo, e apesar desse conflito de gênero ser gritante, eles concordaram nas questões de valores morais e éticos, se identificam com o grupo racial no qual se titulam, nessa classe a faixa etária é 10-12 anos.

Sobre a perspectiva de Weissheimer (2003) numa abordagem a respeito das desigualdades no Brasil, o autor traça um paralelo entre violência/desigualdade e justifica as políticas sociais como ganho para reduzir índices latentes. Weissheimer (2006) também em seu estudo destaca os protagonistas dessa realidade que em sua maioria são negros e mulheres em vulnerabilidade, e ressalta que jovens que estão sujeitos à pobreza encontram dificuldades de uma ascensão social e através das políticas de inclusão veem uma esperança de transformar suas vidas, torná-las dignas.

Esse perfil caracteriza, de certa maneira, a maioria das vítimas e agressores da violência, o que comprovam as estatísticas de acordo com Silva & Aquino (2004). Segundo Trinidad (2011) essa realidade deve ser indagada pelo professor no ambiente escolar. As crianças pensam sobre a diversidade étnico-racial? Conseguem identificar-se na sociedade brasileira que está inserida? Se pensam na diversidade de gênero e a diversidade socioeconômica? Cavalleiro (2001) e Hall (2006) trazem posicionamentos que envolvem a questão étnico racial explicando as ações de *bullying* na escola como fruto dessa discriminação. Quanto à temática “gênero” Santos & Izumiro (2014) trazem a este estudo suas reflexões acerca dos tipos de violência enfrentados pelo público feminino, sendo historicamente vitimadas pela dominação masculina.

Por essa razão, vivenciamos no período de estágio todo esse universo de desigualdade, preconceito e violência em pequenos gestos ou em ações mais explícitas. Por meio de atividades com leituras, na oralidade espontânea, em produção textual ou na confecção de conceitos de forma visual ou corporal, a cada observação e material produzido entendemos a importância da abordagem dessa temática na escola.

O presente estudo divide-se em quatro momentos: **1) Olhando para o espelho da desigualdade na sala de aula** - trazendo situações do cotidiano escolar que demonstram a presença dessa realidade; **2) Discutindo a discriminação racial** - o preconceito como forma de

violência: chocolate não é elogio! Eu sou é negro!; **3) Discutindo a violência contra mulher onde é o meu lugar?** - A visão feminina entre quadro e cadeiras, na sala do fundamental; **4) Os estereótipos e a construção da identidade;** todos os debates foram realizados em sala de aula, e alguns são demonstrado de forma ilustrativa por figura ou textos produzidos por alunos do 5º ano do fundamental.

Ao depararmos com essa juventude em formação e donos de conceitos tão ultrapassados para contemporaneidade, nos interrogamos como *educadores que está se constituindo*: o que fazer? Como abordar esses debates sobre questões embutidas precocemente na vida de crianças? Temas que ganharam um dia no calendário nacional, mas no cotidiano não são analisados. A realidade escolar observada representa o perfil de muitas instituições públicas que é frequentado por um público, em sua maioria, de periferia, pobre; constituída por negro ou mestiço.

Com as políticas públicas a favor da diminuição da desigualdade socioeconômica no país e a implementação dos programas de transferência de renda, trouxe um cenário de acessibilidade aos de extrema pobreza, pobreza e baixa renda, abrangendo crianças oriundas dessa realidade sociocultural para a sala de aula e com elas o sentimento de injustiça e a falta de reconhecimento, tais contrastes vão refletir a imagem do que é o Brasil e como lidar com a educação e/ou para ela.

Olhando para o espelho da desigualdade na sala de aula

Quem estudou numa escola pública, da periferia ou não, já escutou alguém falar ou já falou para o coleguinha, ou até mesmo foi personagem da frase: - *Só vem para escola para comer!* E o que dizer? Enquanto houver merenda, é preciso distribuir, porque para muitas crianças seja a única refeição do dia. Quantas meninas(as) não tomam banho, vão com seus uniformes sujos, por não terem água encanada em casa porque *cortaram a água, cortaram a luz?* Essas são algumas das situações comuns da sala de aula de uma escola pública. Em contrapartida tem aquele aluno que leva o “*tablet*”, o “*smartphone*”, *celulares, cadernos com slogan* do personagem favorito e de repente o professor vê-se diante de duas realidades gritantes.

Essas situações estiveram presentes em nossa vivência de estágio, crianças que convivem com experiências distintas em seus lares, moraram em lugares indignos e tiveram contato com

vários tipos de violência, e outras não. E seria difícil separar essas relações de lugares, acesso e pessoas à suas personalidades:

No Brasil, os 10% mais ricos da população são donos de 46% do total da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres – ou seja, 87 milhões de pessoas – ficam com apenas 13,3% do total da renda nacional. Somos 14,6 milhões de analfabetos, e pelo menos 30 milhões de analfabetos funcionais. Da população de 7 a 14 anos que frequenta a escola, menos de 70% concluem o ensino fundamental. Na faixa entre 18 e 25 anos, apenas 22% terminaram o ensino médio. Os negros são 47,3% da população brasileira, mas correspondem a 66% do total de pobres. O rendimento das mulheres corresponde a 60% do rendimento dos homens nos mesmos postos de trabalho. (WEISSHEIMER,2006,p.9)

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) só ressaltam os posicionamentos aqui abordados. O jornalista destaca essa realidade por se tratar de uma verdade que deduz a anatomia da sociedade brasileira. Foram elaborados em 2003, mas a sensação é de que a situação está estagnada de acordo com *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* –IBGE



(2016).

Aurélio
obra

condições de vida da população brasileira –IBGE

Segundo Marco
Weissheimer (2006), em sua
Bolsa Família : avanços,

limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil o crescimento da desigualdade social nas últimas décadas e a escandalosa concentração de renda no país compõem um cenário de profunda violência institucional e não-institucional. O convívio da opulência e do luxo, de um lado, e da miséria, de outro, já fez acender o sinal vermelho há um bom tempo. Mas *permanecemos, em boa medida, cegos, surdos e mudos*. Nessa mesma obra, o autor faz menção do paralelo entre desigualdade social e o problema da violência. Ao trazemos esses debates para o contexto da sala de aula pedimos aos alunos que representassem o conceito de violência.

Observem alguns dos desenhos, como forma representativa da violência:

Figura 1. Representação da violência- Aluno T. O. S. da “Classe B” 5º ano do Ensino Fundamental

Fonte: Estágio Supervisionado/2016

Ao analisarmos a figura 1, a violência é incorporada de forma coletiva, sendo que todos os envolvidos estão feridos, o veículo no desenho representa uma ambulância que veio socorrer as vítimas, nesse caso, a vítima torna-se agressor e vice-versa, segundo o aluno. Na figura 2, a seguir, a violência com o uso de arma de fogo para atingir o alvo, definindo a direção na cabeça. A violência urbana toma muitos caminhos, o aluno produziu essa imagem do seu convívio e por assistir algumas reportagens televisivas sobre o tema:

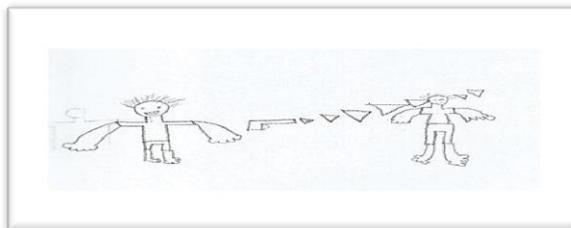


Figura 2. Representação da violência- Aluno do 5º ano do Ensino Fundamental

Fonte: Estágio Supervisionado/2016

Dentre as transposições sobre violência, sendo discutida em sala de aula, não poderia faltar as representações sobre *bullying*, cujo agressor tem sempre a figura do mais forte, superior, o maior, o valentão oprimindo o outro.

Na figura 3, o agressor usa boné e aparece em um plano superior à vítima. A impressão que temos, é que a figura representa um adolescente batendo em uma criança. O *bullying* tem atravessado os muros da escola e o que observamos em alguns casos, é que muitos sabem que não é correto praticar tal agressão, porém são impulsionados pela normalidade e omissão em sua prática. Relembrando o conceito:

“[...] *bullying* é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro (s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam

profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do "comportamento *bullying*" (FANTE, 2005, p. 28 e 29).

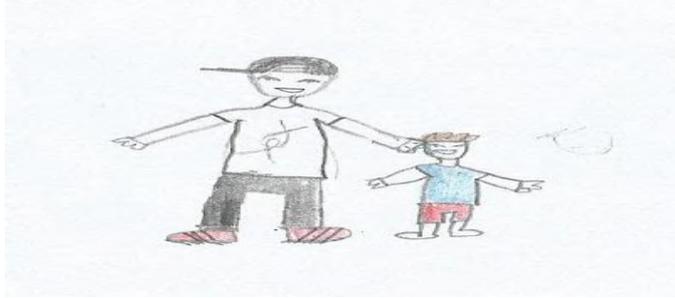


Figura 3 . Representação da violência- Aluno do 5º ano do Ensino Fundamental
Fonte: Estágio Supervisionado/2016

Defensora de uma educação à favor da paz, Fante (2005) diz que o ensino preventivo é a maneira mais eficaz para alcançarmos a placidez. Sobre esse aspecto, o trabalho em conjunto, já que a desigualdade social cerca todos os outros campos de incerteza, em contrapartida a educação se torna como um estímulo para se construir um futuro promissor. Vencer a violência é desafiador, mas é possível. Por mais que os acontecimentos educacionais demorem a ser incorporados socialmente, essas mudanças precisam ser instauradas em caráter de urgência.

Em uma das aulas do estágio supervisionado solicitamos que os alunos escrevessem um texto, cujo título seria *Por um mundo de paz* e selecionamos três deles para apresentar este artigo. O primeiro diz:

“Se no mundo houvesse mais punições para os tipos de crimes cometidos, eu acho que o mundo seria melhor. Um mundo sem violência, sem crimes, só de amor e alegrias...um mundo que todo mundo se amasse como irmão, que todo mundo fosse amigo. Se isso acontecesse não existiria tantas mortes. O mundo de hoje é muito violento. Hoje a gente não pode mais ficar na rua até mais tarde, como antigamente se podia ficar, até dez e meia da noite, brincando na rua, tomara que isso mude um dia.”
(Emanuelle -12 anos -5º ano- Ensino Fundamental I/2016)

A infância é um período em que se constrói a base de uma vida, é o início de as vivências que ficaram para a fase adulta. A criança que nossos avós, pais e até mesmo nós tivemos era outra, a liberdade que as crianças tinham em brincar, interagir e simplesmente ser criança era o que julgamos ser essencial. Visivelmente vemos uma criança que não vê no estado solução para a violência, infelizmente a sua visão é para mais punições aos invés de mudanças nas políticas voltadas para a inserção de indivíduos na sociedade.

O segundo texto aborda as questões atuais, como afirmativas de que é impossível educar de forma isolada, sem contextualizar, sem envolver o aluno a questionar a realidade a sua volta:

“Eu queria que o mundo fosse feito de chocolate, de doce, mas não como eu imagino... porque as coisas estão muito feias... a seca, chikungunya, a dengue esta matando as pessoas, e os vagabundos estão roubando celular...e Dilma está roubando o nosso bolsa família e o dinheiro dos nossos pais está pouco [...]um mundo com paz, alegria e amor, onde todo mundo é feliz e respeitando uns aos outros, as crianças estudando, brincando, as mães dedicando todo tempo do mundo aos seus filhos”
(Isabelle- 5º ano – Ensino Fundamental)

A narrativa demonstra que a adolescente está conectada com as questões de seu tempo, embora algumas colocações sejam equívocos, porém, cabe ao educador abrir esse diálogo para esclarecimentos possíveis. A aluna abordou questões sobre saúde, violência urbana, política, social e educacional, em um texto pequeno, mas que esboçou a sua vivência.

Há quem seja a favor da igualdade de gênero, e há quem desconsidere a questão da desigualdade de forma distinta da violência, mas o que vemos é que ambas as lutas andam juntas, e a sala de aula, principalmente de ensino público, é o termômetro da pergunta que não se cala: Até quando? Segundo Weissheimer (2006, p.20):

Há dados abundantes mostrando a situação de extrema vulnerabilidade social que afeta a maioria da população jovem entre 15 e 24 anos. Um dos mais eloqüentes é o que aponta a condição de extrema pobreza que atinge 12,2% dos 34 milhões de jovens brasileiros, membros de famílias com renda *per capita* de até um quarto do valor do salário mínimo. Entre essa população, aproximadamente 67% não concluíram o ensino fundamental e 30,2% não trabalham e não estudam, segundo dados do IPEA. E cerca de 71% desses jovens são negros. Ainda segundo o estudo do IPEA, o fato de ser negro significa maior probabilidade de ser pobre e barreiras muito maiores para a ascensão social. As desigualdades nos rendimentos associadas à discriminação racial têm como um de seus efeitos perversos uma maior dificuldade de integração social dos jovens negros.

Outra herança da desigualdade é a discriminação racial, o preconceito oculto, incorporado a posturas embranquecidas por uma cultura eurocêntrica. Como o próprio jornalista Weissheimer enfatiza- como efeito perverso- a desigualdade racial por meio de atitudes que demonstram o preconceito de marca, de cor, numa sociedade que tem sua identidade nacional como mestiça, e mesmo assim, os afro-brasileiros representam a grande maioria que estão às margens da vulnerabilidade social do país. No terceiro texto “Por um mundo melhor” o aluno do 5º ano, que tem sua identidade constituída e se auto intitula negro, e diz que é preciso:

Parar com o Bullying

*Parar de xingar
Parar com o preconceito,
com as guerras...com xingamentos
Os preconceitos, não importa se for negro ou branco tem que parar [...]
(Leonardo- 5º ano do Ensino Fundamental.)*

Na sala de aula essa representação de preconceito racial está entrelaçada ao *bullying*. Em forma de chacota, a criança negra é alvo de brincadeiras de *mau gosto*, podendo passar das agressões verbais para as físicas. Em nossa experiência de estágio notamos que os casos de violência estavam relacionados a três fatores cruciais, os quais comportam como protagonistas desse estudo, tendo como palco a escola, são eles: *discriminação racial, igualdade de gênero e construção da identidade*. Aspectos que se tornaram o cerne dessa análise, e discorreremos nos capítulos seguintes.

Discutindo a discriminação racial- o preconceito como forma de violência: *Chocolate não é elogio! Eu sou é negro mesmo!*

Ao entrar na sala de aula pela primeira vez, é possível observar rostinhos acanhados, sorrisos tímidos, olhares desconfiados. A regente orquestrando a turma como se fossem filhos de mãe que recebe visita, não entregam quem são no primeiro instante. O período de Observação é maravilhoso, o estagiário olha os pontos negativos e diz: *posso fazer algo aqui, ali também e pronto*; mas quando as mudanças a serem alcançadas são comportamentais, reflexivas, requer certo cuidado por se tratar de culturas, hábitos individuais. As transformações não acontecem na mesma proporção da aprendizagem das quatro operações. Pensando nesse aspecto, percebemos que se fossemos explanar sobre todos os tipos de violência na escola de forma superficial, não alcançaríamos o objetivo do projeto e a partir da observação percebemos que o preconceito racial e as questões de gênero, seria o “*ponto-chave*” da problemática, uma vez que:

Avaliar o ambiente escolar em geral e o local em que as crianças permanecem e começar a fazer as mudanças necessárias é primordial. O professor deve ter olhar crítico sobre os materiais que organizam o ambiente e se perguntar: “Que mensagens sobre diversidade étnico-racial as crianças recebem? As crianças veem imagens que refletem a diversidade étnico-racial que elas observam na sociedade brasileira? Há, ainda, nessas imagens a diversidade de gênero e a diversidade socioeconômica? As imagens incluem pessoas que desenvolvem diferentes atividades profissionais com a representatividade dos diversos grupos étnico-raciais?”

(TRINIDAD, 2011, p. 131)

Começamos os trabalhos realizando na turma de 5º ano que chamamos nesse trabalho de “Classe A” uma dinâmica por nome QUEM SOU EU? . Nessa atividade cada aluno escreveu seu nome em uma folha, dobrou e colocou em uma caixa. A segunda etapa, os alunos pegaram nomes que não eram os seus e tinha como propósito descrever à sua maneira o colega cujo nome esta escrito no papel sorteado. Ao final os regentes leriam a para a turma e os alunos tentariam adivinhar através da descrição elaborada por eles quem seria o colega. Uma atividade simples, mas carregada de complexidade, pois as descrições, em sua maioria se referiam as características físicas, e principalmente a cor da pele.

No decorrer da dinâmica, ouvimos vários alunos se queixarem por não ter o que dizer; alguns pegaram o nome de colegas que não conversavam e os ouvimos também falarem coisas do tipo “*ela tem o cabelo ruim*”. Nesse momento paramos um pouco, e falamos abertamente sobre o cabelo afro-brasileiro. Então, abrimos o debate para que eles pudessem falar o que achavam de si mesmos, como se classificariam se fossem preencher uma ficha e tivesse as opções: negro, pardo, branco, amarelo, indígena, em que quadrinho marcariam? Os alunos ficaram confusos e não sabiam como se autodeclarar sobre as questões étnicorraciais, a partir daí voltamos a aula de história do Brasil para relatar o que há por trás dessas questões. Reafirmamos esse contexto ao dizer que:

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é uma categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursivos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas (HALL, 2006, p. 3).

Falamos das diferenças e do fato daquela classe declarar apenas características físicas reafirmando o discurso de Hall(2016). A diversidade sociocultural do país que pressupõe a desigualdade. E ainda sobre a dinâmica do QUEM SOU EU? Vimos a seguinte descrição – “*ele é chato, negro, baixo, conversa com Athur, mora no José Ivo e fala embolado*”, aparentemente nada demais para um diálogo de um garoto de 13 anos, porém um número relevante de alunos descreveram dois fatores que queremos enfatizar nesse estudo, o fato de ser negro e sua localidade ou moradia. Residir num conjunto habitacional denominado José Ivo, acessível devido as políticas públicas de programas habitacionais como o *Minha casa minha vida* caracteriza a

origem e o quanto somos vitimados pela injustiça social brasileira. Sobre esse embate é importante salientar que:

A desigualdade racial não é gestada apenas no ambiente escolar; em várias instâncias da vida social podemos constatar o tratamento diferenciado dado a negros e brancos. Os piores equipamentos sociais estão localizados em regiões periféricas das grandes cidades. Assim, pode-se imediatamente atrelar a condição de pobreza à variável racial. Daí, para negros e negras as piores condições no mercado formal de trabalho, habitação, saúde, renda etc. (CAVALLEIRO, 2001, p.148).

Se atualmente as periferias tem conquistado um espaço através da musicalidade, o *Funk* tem entrado no mercado musical com toda força, mas é símbolo da exceção dos subúrbios. O racismo como define Cavalleiro(2001) está atrelado a pobreza e essas representações acontece em sala de aula, muitas vezes em tom de ironia, tem uma falsa intensão de brincadeira, de preconceito, discriminação e algumas atitudes são permitidas pelas vítimas que não reagem. Um aluno nos chamou a atenção em nossa regência ao reclamar do colega que o apelidou de *chocolate*, fazendo alusão ao personagem Cirilo da novela infantil *Carrossel*. O adolescente se sentia incomodado com o apelido, não falava sobre isso, até aquele momento em que os colegas mencionaram que estavam brincando, mas ele alterou a voz e disse: *chocolate não é elogio! Meu nome é José e eu sou negro mesmo!* É raro atitudes como essas, de crianças negras que se autodeclaram negras. A educação étnico racial, no que é sabido a respeito da Lei 10.639/03, possui caráter obrigatório nas escolas em inserir nos currículos a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. De acordo com o Parecer CNE/CP 003/04:

[...] a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade, justa, igual, equânime. (BRASIL, 2004, p. 6)

O Movimento Negro, através das lutas na aquisição de direitos iguais para o grupo afro-brasileiro, tem representado sua força e conquistas das quais abrangem outros âmbitos. Dentre esses, o papel social feminino tem evidenciado vários debates em torno da crescente ascensão da mulher em conquistar seu lugar. Boa parte da população brasileira é composta por mulheres, em sua maioria, negra e de baixa renda, muitas são chefes de família que trabalham tanto ou até mais que os homens, mas tem pouco reconhecimento financeiro por fazerem parte de uma estatística, por morarem num país onde há uma soberania machista. A ideologia da mulher “recatada e do lar”

está presente na sala de aula, de uma forma sutil, mas cristalizada na cabeça dos alunos. O que gerou uma série de questionamentos e trataremos a partir do próximo tópico.

Discutindo a violência contra a mulher- Onde é o meu lugar?- a visão feminina entre o quadro e cadeiras , na sala do Fundamental I

Quem nunca ouviu a frase: “Mulher *sexo frágil*” Ou “*Lugar de mulher é na cozinha*”, “*Mulher tem que cuidar da casa e educar seus filhos*”. Esses bordões suam com certa graça nos dias de hoje, entretanto, o público feminino tem ansiado por outros ares e tem conquistado o seu espaço em qualquer lugar que almeje. No campo educacional as coisas estão mudando, os cursos em licenciaturas tem sido frequentado cada vez mais pelo público masculino, em contrapartidas as mulheres tem crescido no ranking das mais contratadas para o mercado de trabalho em geral.

Uma temática complexa para ser explanada em sala de aula. Ao observarmos a turma do 5º ano - Classe B, notamos que as cadeiras estavam divididas em dois hemisférios em sala, o feminino e o masculino e uma constante competitividade entre eles. Sobre esse aspecto, é até saudável, porém o que sobressaiu foi o fato das críticas com relação ao gênero, dizendo frases como “meninas não sabem de nada”, ou na hora da educação física os alunos dizerem que “a quadra deveria ser só para meninos, porque “menina não joga bola”, relatos que geram divergências; até no momento de interagir com a professora “meninos se destacam” e também na rapidez com as atividades. Pensamos que fosse uma estratégia da professora para ter o controle da classe, porém ao conversamos um pouco mais com esses alunos, notamos a hostilidade de um grupo com relação ao outro. Algumas alunas, nas atividades proposta, tentavam participar um pouco mais, e eram interrompidas e uma resolveu se pronunciar relatando: “eles nunca deixam a gente falar”. Como a proposta do Estágio Supervisionado era tratar a violência na escola, pedimos aos alunos que desenhassem em um papel os tipos de violência que conheciam. Ficamos estagnados com tanto realismo com que os adolescentes retrataram e a ênfase que eles deram contra a violência cujas as vítimas são mulheres.



Figura 4 . Representação da violência- Aluno do 5º ano do Ensino Fundamental
Fonte: Estágio Supervisionado/2016

É nítido, ao olharmos para a figura 4, ver que a violência praticada tem como vítima a figura feminina e que o ambiente onde ocorre a agressão é o doméstico. Sobre o conceito de violência, esse mesmo aluno escreveu “*violência é uma coisa que acontece quase todo dia, envolvendo os menores de idade, é um crime muito familiar, a violência acontece em quase todo Brasil*”. A violência de gênero ou a violência contra mulher se caracteriza por diversos posicionamentos, como descrevem Santos & Izumino (2014):

Entre os trabalhos que vieram a se constituir como referências a esses estudos, identificamos três correntes teóricas: a primeira, que denominamos de *dominação masculina*, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto como “cúmplice” da dominação masculina; a segunda corrente, que chamamos de *dominação patriarcal*, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de *relacional*, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice”.(SANTOS& IZUMINO,2014, p.148)

Quando os autores afirmam que a violência e a desigualdade de gênero são consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, só fortalecem o sentido desse estudo, a normalidade aparente em relações na sala de aula, refletem esses posicionamentos e precisam ser quebrados por meio de uma educação pela igualdade e justiça social.

Uma das perguntas inusitadas nesse estágio foi a de um aluno dessa mesma turma, estávamos discutindo sobre a diversidade cultural onde apresentamos várias figuras públicas como Barack Obama, Adele, entre outros. E de repente, ele chega e diz: *Tia, Dilma é homem?* Nós como regentes, esboçamos um sorriso e perguntamos de que Dilma o aluno se referia, ao confirmarmos que ele falava da presidente do Brasil, perguntamos o porquê da pergunta, ele respondeu- *Ela parece um homem, por isso que ela é presidente!* Diálogo como esse demonstra que a “mulher incapaz” é desmitificada a cada dia, num país machista ter uma mulher presidente é uma conquista e tanto, surgem esses equívocos como o do aluno; com o tempo ele foi compreendendo que as afirmações que ele fez não tinham fundamento. Explicamos que a presidente Dilma Rousseff foi eleita de forma democrática, sendo assim a maioria entendeu que ela seria capaz de governar o país, não por parecer do sexo masculino.

Os estereótipos e a construção da identidade

O preconceito racial e a violência contra mulher se entrelaça em um dos pontos - o cabelo. Nas duas turmas do 5º ano, quando se falava da questão racial, se ouvia o termo *cabelo ruim* e o olhar era direcionado as garotas.

Segundo Gomes (2007) o cabelo desde a escravidão tem sido usado como um dos elementos definidores do lugar do sujeito dentro do sistema de classificação racial brasileiro. E por essa razão se tornou símbolo de resistência à imposição de estereótipos.

Quando indagamos os alunos sobre o porquê do cabelo ser ruim, uns ficaram sem respostas e alguns citavam argumentos do tipo: o pente não entra, precisa alisar para ficar bom , e “n(s)” motivos; o que comprovam que os alunos apenas reproduzem conceitos interiorizados pelo contexto histórico de desigualdade sociocultural. Nas palavras de Gomes (2007):

Essa situação não se restringe ao discurso. Ela impregna as práticas pedagógicas, as vivências escolares e socioculturais dos sujeitos negros e brancos. É um processo complexo, tenso e conflituoso, e pode possibilitar tanto a construção de experiências de discriminação racial quanto de superação do racismo.(GOMES,2007,p.43)

O racismo nessa modalidade aparece de forma velada como “cabelo de Bombri”, “cabelo de vassoura”, “arapuca de pegar passarinhos”, “negra do cabelo duro que não gosta de pentear”

frase da música de Luís Caldas; são comuns e visto por seus autores como brincadeira. Gomes (2007) alerta que, *muitas vezes, é por intermédio desse discurso que estereótipos e preconceitos sobre o corpo negro são reproduzidos.*

O trabalho pedagógico na construção de identidade, no aspecto das relações étnicoraciais é no sentido de problematizar, contrariando a realidade hierarquizada, não efetivamente reforçando o duelo onde um precisa ser inferiorizado, mas que haja ascensão da cultura de alteridades.

Considerações finais

Não sejamos ingênuos em pensar que os embates da sala de aula nas referidas temáticas irão exterminar o racismo e todo o preconceito nas respectivas áreas. Pelo contrário, no campo educacional, trabalhamos com as possibilidades; para não sermos vítimas das políticas de tolerância, a diversidade precisa ser compreendida e desconstruída. E assim, à educação cabe o papel de problematizar as hierarquias de nossa sociedade.

O estudo não se postula a ideia de isolamento, mas à favor da alteridade, da relação construída através do outro, da capacidade que o ambiente escolar possui em unificar essas relações étnicas raciais e igualar socialmente por intermédio do acesso à educação. As políticas públicas tornam a educação acessível a esses grupos com o intuito de diluir essas diferenças. Cabe ao educador, como um dos protagonistas da sala de aula, não acentuá-las e sim transcender esses impasses históricos.

Educar para a diversidade é permitir que crianças, adolescentes, jovens e adultos, negros ou brancos, ricos ou pobres, criem um autoquestionamento sobre os seus conceitos pré-estabelecidos, e que constituam a mudança de postura sobre as práticas de discriminação. Que construam suas identidades naturalmente, sem regimes autoritários, padronizadores de beleza, de raça ou de classe.

Acreditar na educação é esperar que o sentido de liberdade nunca falte em sala, que ela ande de mãos dadas com a ética. Que o sentimento de negação e racismo não sente mais nas

cadeiras da sala de aula, mas que o respeito, a valorização e o reconhecimento sejam alunos assíduos de nossas escolas.

A prática pedagógica do estágio foi muito enriquecedora, pois dá autonomia regencial, além de fazer o educador aprender a caminhar com suas próprias pernas, no seu ritmo e de forma que, aprenda a criar e descobrir a aptidão do ensinar.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e anti-racismo – repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

ESTATÍSTICA, IIBGE. Síntese de Indicadores Sociais-Uma análise das condições de vida da população brasileira. **IBGE, Rio de Janeiro, 2016**

FANTE, Cleo. 2005. ***Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz***. 2ª edição. Campinas. Editora Versus, 224

FREIRE, M. **Observação, registro, reflexão – instrumentos metodológicos**. Série Seminários. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1992.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares em corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural. **FERO, Osmar. Educação como exercício da diversidade**. Brasília: MEC, p. 229-249, 2007.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

PICONEZ, S. C. B. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: FAZENDA, I.C.A (org). **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado**. Campinas: Papirus, 1991. p.15-38.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 16, n. 1, 2014.

SILVA, Enide Rocha Andrade da; AQUINO, Luzeni Maria Cordeiro de. Desigualdade social, violência e jovens no Brasil. **Brasília: Andi, 2004**.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil**[tese de doutorado]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família** : avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil / – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.p.160.